

Leituras

Livros

Guerra e política – em nome da verdade, os anos decisivos

Kaúlza de Arriaga Edições Referendo, 1987

Pela visão exposta nesta sua obra, o general Kaúlza de Arriaga mostra que, para ele, o mundo parou há pelo menos uma década, ou seja, mais ou menos no período em que se deu o seu irreversível declínio como figura pública. Numa época em que as relações internacionais são dominadas pelo desanuiamento entre superpotências, a busca de diálogo e soluções de compromisso, a colocação de interesses mútuos acima das divergências irreconciliáveis e o sacrifício das ideologias ao pragmatismo, o antigo comandante-chefe das forças portuguesas em Moçambique ainda possui dos comunistas o conceito de bárbaros de faca e liga alimentando-se de criancinhas ao pequeno almoço. Para ele, os grandes factos da história mundial contemporânea resultam do choque do expansionismo soviético com o «mundo livre» – e cada indivíduo tem necessariamente de tomar um partido ou outro.

Seguindo este raciocínio maniqueísta, também a guerra sustentada em África por Portugal contra os movimentos nacionalistas das suas colónias resultaria, em primeiro lugar, da grande «conspiração comunista internacional», que instigaria e armaria os guerrilheiros, meras marionetas nas mãos de Moscovo. Para o general, não havia na África então portuguesa qualquer opressão do tipo colonial nem qualquer sentimento nacionalista de revolta que, por si só, justificasse a rebelião armada desencadeada nos anos sessenta.

Não admira, por isso, que Kaúlza tenha desenvolvido para a guerra um conceito estratégico que pura e simplesmente ignorava a ligação entre o guerrilheiro e a população, antes considerava os rebeldes como uma força militar isolada, batendo-se contra o poderio do Exército português. Foi, no fundo, a ideia de manobra daí decorrente que o ex-subsecretário de Estado da Aeronáutica de Salazar tentou aplicar a partir de 1970 em Moçambique, com a famigerada operação Nó Górdio – a maior e mais dispendiosa de todas as campanhas desencadeadas no teatro de guerra pelas forças armadas portuguesas.

Esta operação baseava-se na teoria de que o movimento rebelde seria esmagado no campo de batalha pela simples actuação coordenada da mais formidável concentração de meios militares contrários. No fundo, era a própria natureza subversiva da guerra de guerrilha – como forma de desgaste permanente, através de pequenas unidades

dissimuladas no terreno, com extraordinária mobilidade e ligação aos autóctones que aqui era negada. Por isso, O conceito de Kaúlza encontrou noutros estrategas militares portugueses a expressão da mais radical reprovação, pois estes consideravam que o conflito teria de ser primeiro ganho na população (e até, eventualmente, através de uma solução política posterior) condição sem a qual nunca seria possível sustentar a agressividade inimiga.

Mas, no grande centro de decisão política – o Governo de Lisboa –, navegava-se à deriva a respeito da verdadeira concepção de guerra a adoptar, pelo que, apesar dos avisos em contrário de alguns generais, o indeciso Marcelo Caetano acabou por autorizar Kaúlza a mobilizar sumptuosos meios para a sua operação Nó Górdio. Tem-se a impressão de que o general escreveu Guerra e Política para justificar a operação e qualificá-la como a mais genial de quantas foram lançadas em treze anos de guerra. Mas ele encontra-se isolado nessa avaliação. Mesmo à distância, do ponto de vista histórico que é possível obter passadas quase duas décadas, a «coroa de glória» de Kaúlza – não passa de uma peça de latão com a qual ele se entroniza solitariamente. É certo que as suas tropas terão chegado ao que poderia constituir o coração da Frelimo – as suas bases centrais até aí invioláveis no planalto dos Macondes, em Cabo Delgado. Mas esse feito (ao preço de dezenas de mortos do lado português e de volumosas perdas materiais) nem uma vitória à Pirro pode ser considerada. Imediatamente, a guerrilha utilizou a sua rede de corredores para se infiltrar noutras regiões (sobretudo em Tete) onde passou a desencadear acções que anteriormente não existiam. Por outro lado, a sua actividade em Cabo Delgado nunca chegou a ser aniquilada. Resultado: em vez de teatro de operações limitado, os portugueses viram-se então a braços com uma muito mais vasta área de guerra, abrangendo diversos distritos e etnias e expandindo-se rapidamente para o Sul mais populoso e industrializado. E é claro que só a construção da barragem de Cahora Bassa (erro estratégico, segundo Kaúlza) é insuficiente para justificar tudo o que sucedeu depois.

Entendendo que nunca ninguém lhe fez a devida justiça, Kaúlza entendeu redimir ele próprio o seu nome, recorrendo a uma linguagem cavernícola e passadista que há muito se julgava sepultada. Registe-se que os seus argumentos não sofreram qualquer actualização, pelo que dificilmente convencerão alguém, sobretudo depois de todas as mudanças sociais que entretanto se operaram. Muito menos se entenderá a forma algo embrulhada como o general procura justificar o seu apoio a Salazar, durante a tentativa de golpe de Estado de Botelho Moniz em 1961, ou a conspiração de extrema-direita contra Caetano por si lançada em 1973, ou ainda os massacres

cometidos por forças do Regimento de Comandos, sob sua dependência, em Dezembro de 1972. A respeito deste último ponto, diga-se que a sua política de «convencer inteligências e conquistar corações», decalcada do «win hearts and minds» aplicada pelos americanos no Vietname, deu em Moçambique tão maus resultados como na Indochina. Não apenas fracassou a tentativa das aldeias-modelo lançadas pelo general no Norte, para atrair população simpatizante da Frelimo, como tudo acabou da forma bárbara, degradante e lamentável que se viu em Wiryhanu e Inhaminga.

Trata-se, contudo, da justificação de um dos mais importantes chefes militares de Portugal em África – e, só por esse facto, Guerra e Política é uma obra a ter em conta, mesmo que nada traga de novo na revelação de matéria factual (com excepção, talvez, de alguns detalhes sobre a conspiração de Botelho Moniz) e que a exposição seja confusa e repetitiva, apesar (ou talvez por isso) de uma excessiva sistematização.

Joaquim Vieira

Geopolítica e geoestratégia de Portugal

José Lopes Alves, Ed. do Autor, Lisboa, 1987

A publicação de um livro sobre estratégia, particularmente quando ele aborda a sua aplicação ao nosso país, é sempre um acontecimento a assinalar na vida literária nacional, tão escassa em publicações deste tipo.

Geopolítica e Geoestratégia de Portugal – Considerações sobre elementos históricos e actuais, da autoria do general do Exército José Lopes Alves, é uma obra que, ao longo das suas 220 páginas, não se limita à mera contemplação dos elementos históricos e actuais, mas traz ao leitor propostas concretas, concisas e claras de linhas de acção para a condução do nosso país no intrincado âmbito da geopolítica e da geoestratégia e, aos governantes, a sugestão da elaboração dum plano de desenvolvimento e de princípios de execução dessas mesmas política e estratégia.

A estrutura do texto deste livro, organizado de forma clássica, à maneira tradicional dos manuais e literatura afim do Exército, revela a formação e os antecedentes do seu autor, que durante muitos anos se dedicou a estes assuntos, quer no Instituto de Altos Estudos Militares quer no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (hoje Instituto da Defesa Nacional). A estrutura adopta da traz, por um lado, vantagens na

clareza e na sequência lógica com que vai abordando os assuntos, mas, por outro, conduz a certa aridez e monotonia de processos, quiçá pouco aliciante para muita gente do foro civil, eventualmente menos habituada a um tratamento tão cartesiano e frio das matérias.

Na primeira das suas quatro partes, sob o título «Âmbito da geopolítica e da geoestratégia», são apresentadas, de forma sumária, algumas conhecidas teorias fundamentais em que se baseia o trabalho e definidos os conceitos julgados importantes para a análise que se segue. Revela-se já aqui algum pendor didáctico que caracterizará sempre, com maior ou menor incidência, toda a obra. Na segunda parte é abordado o «Contexto histórico» e analisada, em grande extensão e profundidade, a situação geoestratégica e geopolítica, com especial ênfase na época imediatamente anterior a 25 de Abril (38 páginas em 220). Surge o curioso conceito da «retracção», resultante da passagem do país por «momentos históricos»: em «1769, com o abandono definitivo das posições que ainda possuíamos no Norte de África, em 1822, com o abandono do Brasil... em 1975 com o abandono dos territórios da África...». Realça-se contudo que a retracção, embora produzindo enormíssima redução de espaço geográfico em que o país existia, não afastou a necessidade da dependência de Portugal da potência marítima dominante, «visto continuarmos a não dispor de meios adequados às novas dimensões do todo nacional, aumentando até a necessidade da sua utilização pela impossibilidade de adaptação, em curto prazo, às modernas tecnologias entretanto surgidas». Ao terminar esta segunda parte, refere-se a existência duma «mentalidade intervencionista» das forças armadas portuguesas na acção política, tendência que «não é nova, podendo mesmo falar-se de inserção numa tradição... que encontrou factor de reforço... na indiferença e inoperância com que alguns agentes políticos, particularmente na metrópole, se comportaram nessa e em outras épocas mais recentes face a candentes problemas da Nação». Problema importante, para reflectir.

O «Contexto actual» é tratado na terceira parte. Considera-se que, neste último quartel do século XX, três grandes marcos se destacam efectivamente na história do país: a independência, a expansão ultramarina e a retracção, concluindo-se que «a adaptação necessária à retracção – a que, não devemos esquecer-lo, se bem que pressionados, voluntariamente aderimos não é evidentemente tarefa fácil... o País viu profundamente alteradas as características estruturais de todos os factores geográficos que até aí tão generosamente lhe definiam a respectiva individualidade. E, conseqüentemente, viu altamente afectadas as suas antigas e reais possibilidades de intervenção no Mundo em que continua inserido».

Após referir que, actualmente, em nenhum dos diplomas do Estado ligados à formulação dos objectivos nacionais eles se encontram já concretamente enunciados, o autor aponta o que entende serem os objectivos nacionais de hoje. Entra de seguida na análise da estrutura do potencial de Portugal onde, na sequência da opinião já expressa na primeira parte do trabalho, dá realce à condição marítima da nação portuguesa e identifica o «triângulo estratégico português» como uma designação do espaço nacional surgida no contexto dos problemas de segurança global e de defesa militar e, ainda, tendo em vista a «imposição necessária do conjunto nacional perante a vizinha Espanha...» cujas relações com Portugal apelida, com algum espírito, de «irmandade um tanto litigiosa».

Afirma-se porém que o país é «bivalente» – continental e marítimo – e, como tal, na sua inserção e permanência na Aliança Atlântica, deve participar «na defesa continental europeia e nas defesas aérea e marítima globais» além da «defesa da sua base territorial e humana para benefício próprio...». E claro, nesta afirmação e noutras ao longo do seu trabalho, o pendor continental do autor que, por exemplo, neste caso, não estabelece a clara diferença entre aquilo que os aliados esperam realmente de Portugal em termos de participação na defesa marítima colectiva – isto é, uma participação o maior possível na componente atlântica de defesa – e a participação meramente simbólica da única contribuição continental que é esperada, a Brigada Mista, em Itália.

A avaliação dos factores estruturais actuais de Portugal é feita em termos de grande rigor e com particular severidade para a área económica, onde se apontam graves e abundantes carências. No que respeita à área de defesa, o autor põe o dedo na ferida ao afirmar que «continua a verificar-se que não se encontra ainda suficientemente arreigada a nível de Estado e das populações a consciência indispensável das características e exigências necessárias à defesa e segurança nacionais» e que nos encontramos muito longe de alcançar o necessário, dadas dificuldades de toda a ordem, nomeadamente a «carência de vontade política». Termina esta parte do livro com uma síntese de possibilidades e vulnerabilidades de Portugal, quer no âmbito interno quer no âmbito das relações externas, onde a única crítica que se poderá colocar se situa no já referido campo de visão excessivamente continental que favorece. Por exemplo, ao ilustrarem-se as possibilidades de Portugal do ponto de vista militar, só se fala em mobilização de homens e de material ligeiro e em guerra de guerrilhas, nunca se referindo sequer as possibilidades de mobilização marítima e de actuação de meios navais e aéreos, num país que foi caracterizado previamente como marítimo no próprio livro. Mais adiante, e várias vezes, Portugal é sempre visto como um país

de retaguarda, o que se afigura ser uma visão parcial do problema, limitada à ideia de que o que importa é realmente o que se passa na «frente» alemã. Esta visão de «retaguarda» parece talvez incompatível com o carácter marítimo, repetidamente atribuído a Portugal durante o trabalho, no pressuposto de que tal situação marítima lhe granjeia importância geopolítica e geoestratégica no fórum internacional.

Na quarta e última parte do livro, que reúne «Conclusões – Execução», torna-se bem evidente ao leitor um trabalho «pacientemente e pormenorizadamente elaborado...», utilizando a expressão do seu autor, de característico sabor didáctico e de pendor por vezes claramente doutrinário ou teórico. Tudo isto entremeando sínteses conclusivas, de índole marcadamente prática.

A visão da «zona potencial do país» afigura-se nos original e quiçá controversa. Nela é estabelecido como «núcleo» o triângulo estratégico nacional; como «pontos de apoio», «todos os locais de observação, segurança e informação política e estratégica situados no interior ou exterior da faixa de segurança, concretamente as capitais dos países da Europa Ocidental, do Mahreb, EUA, Canadá e os países de expressão oficial portuguesa»; e, como «faixa de segurança», «uma área geográfica contínua, envolvente do núcleo, traça da a partir de cada um dos seus vértices até dois mil quilómetros de distância – área de observação e segurança permitida pelos meios aéreos e navais clássicos e correspondente à expressão dum teatro de operações normal». Para além de ser discutível o conceito da «faixa de segurança», tal como atrás foi descrito, mais duvidosa é ainda a exequibilidade desta solução face à sua dimensão e ao potencial português (militar, mas não só). Não se compreende assim a afirmação de que «as dimensões apontadas... são as que mais se coadunam com as possibilidades nacionais», uma vez que estas são encaradas como muito débeis em partes anteriores deste livro, até mesmo para aplicação numa área muito mais restrita.

Não obstante o pendor continental atrás referido, é curioso registar que nas linhas de acção no âmbito externo é recomendada «a revitalização da velha aliança bilateral com o Reino Unido... considerando que, embora não seja hoje a potência marítima dominante, está sempre em condições de influenciar a expressão dos poderes nos espaços atlânticos».

Finalmente, ao referir as opções globais a adoptar, defende-se que «não pode pôr-se perante o País, isoladamente, uma qualquer das três vias de opção (europeia, atlântica ou africana) – tem de pôr-se as três vias conjuntamente, criando outras tantas opções... Na realidade, as duas primeiras opções a europeia e a atlântica - encontram-se interligadas com a sua geografia... Estas opções, ou opção euro-

atlântica, constituíram sempre para o País uma necessidade e um objectivo... Mas a opção africana é também realista e verdadeira... [trata-se de estabelecer] a cooperação sã e profícua do antigo colonizador com os países ex-colonizados e, mesmo, com todos os países de África em geral. Tomando em consideração também o Brasil, teremos então uma opção afro-americana ou, dada a definição exacta e individualizada daquele país no continente sul-americano, uma opção afro-brasileira.»

Termina o livro com uma proposta de um «plano de desenvolvimento», este definido como «um documento escrito, empenhando concretamente os diversos órgãos do Estado no exercício da responsabilidade da sua função... O Plano é documento fundamentalmente político e geral, inserido nos vários domínios, que deve ser elaborado com o concurso de todos os órgãos do executivo e aprovado e fiscalizado... pelo órgão de soberania mais elevado a que digam respeito as acções nele incluídas», isto é, «o que existe e o que se pretende obter nas diversas áreas e sectores». É uma proposta interessante, que merece reflexão. Mas, quanto a nós, dificilmente poderá subordinar a sua execução a princípios de estratégia «que os regulamentos castrenses consagraram pelos anos cinquenta...» tal como propõe o autor, uma vez que essa execução seria, por definição, de índole essencialmente política e, portanto, incompatível com tais condicionamentos.

Fuzeta da Ponte

South Africa: Time Running Out

The Report of the Study Commission on U.S. Policy Toward Southern Africa, Berkeley and Los Angeles, University of California Press 1986

A necessidade de definir uma política clara e coerente dos Estados Unidos em relação à África do Sul determinou, sob os auspícios da Fundação Rockefeller, a constituição de uma comissão de dez personalidades destacadas do mundo empresarial e académico, liderada por Franklin Thomas – presidente da Fundação Ford –, a qual elaborou um relatório exaustivo, publicado em Maio de 1986 em forma de livro, intitulado South Africa: time running out.

As cerca de 500 páginas deste vasto e complexo volume abrangem um leque alargado de tópicos: história sul-africana; políticas desenvolvidas por brancos e negros; a prática e a legislação do apartheid; a economia sul-africana, com os factores externos e internos que condicionam a sua evolução; a capacidade militar e a segurança interna sul-africana; as relações da África do Sul com o resto de África e com a comunidade Internacional em geral; os interesses dos Estados Unidos na África

do Sul; a passada e presente política externa norte-americana em relação à África do Sul e, finalmente, o papel desempenhado pela União Soviética e por Cuba na África Austral.

A Comissão que escreveu este livro-relatório – iniciado em 1979 – começou por organizar um grupo de trabalho e pesquisa que reuniu o máximo de conhecimentos e de dados sobre a África do Sul, que constituíram uma base indispensável e valiosa para os seus membros prosseguirem, bem mais informados, no cumprimento do programa pré-estabelecido. Na fase seguinte, no início de 1980, a Comissão efectuou uma deslocação extensiva a todo o território sul-africano, tendo contactado com membros do Governo, administradores, dirigentes brancos da oposição parlamentar, homens de negócios, agricultores, dirigentes sindicais brancos e negros, académicos e jornalistas.

A Comissão, dividida em subgrupos, visitou e contactou Estados e dirigentes dos mais variados países africanos e europeus.

Finalmente, após uma última visita à África do Sul e depois de uma intensa e sucessiva série de reuniões entre os seus membros, a Comissão reuniu todo o material recolhido e elaborou o seu relatório, um grosso volume com três capítulos (ilustrados por mapas, fotografias e depoimentos individuais), com conclusões e recomendações finais à administração de Washington que ocupava o poder, que era e ainda é até ao fim deste ano, a administração Reagan.

O primeiro grande capítulo é todo ele uma descrição pormenorizada do apartheid: as suas causas, o seu funcionamento e as perspectivas da sua evolução. Paralelamente são analisadas a economia do país, o desafio negro, as questões relacionadas com a saúde, a educação, a habitação, os transportes e comunicações e ainda o polémico tópico da organização de estados negros (bantustões) com uma hipotética autonomia.

Neste capítulo são ainda de destacar dois subcapítulos da maior importância: as percepções dos brancos face às consequências resultantes das mudanças ocasionadas pela inevitável evolução do apartheid e a dependência dos Estados Unidos (e naturalmente dos outros países ocidentais mais industrializados) de quatro minerais produzidos na África do Sul e muito raros no mundo (crómio, manganésio, vanádio e platina).

O segundo grande capítulo trata da posição da África do Sul no continente africano e das suas relações com a Europa ocidental, o Japão, Israel e a América Latina e ainda do relacionamento específico do governo de Pretória com os Estados Unidos e os países comunistas do leste europeu.

O derradeiro capítulo é mais dedicado aos interesses específicos dos Estados Unidos (vistos naturalmente em função do seu relacionamento com a África do Sul), numa perspectiva não só económica mas também e sobretudo estratégica, esta última definida por dois parâmetros fulcrais: a necessidade de manter livre e sem constrangimentos a rota marítima do Cabo, por onde circula uma parte fundamental do petróleo indispensável para os países ocidentais, e a garantia do acesso ao fornecimento de minerais sul-africanos insubstituíveis no quadro das indústrias metalo-mecânicas.

Nas conclusões e na parte final do seu livro, a Comissão expõe os objectivos e as acções concretas que definem uma política que deveria ser adoptada pelos Estados Unidos em relação à África do Sul.

Seriam cinco esses objectivos, distintos mas inter-relacionados:

1. tornar bem clara a fundamental e continuada oposição do Governo e do povo norte-americano ao sistema do apartheid, com uma particular ênfase dada à exclusão dos negros de uma partilha efectiva do poder político;
2. promover uma partilha autêntica do poder político na África do Sul, com um mínimo de violência, através de uma pressão exercida sistematicamente sobre o Governo sul-africano;
3. apoiar todas as organizações que dentro da África do Sul tentam promover mudanças; ajudar o desenvolvimento de uma liderança negra e promover o bem-estar social da população africana;
4. apoiar o desenvolvimento económico dos outros Estados da África Austral para tentar reduzir o desequilíbrio das suas relações económicas, demasiado dependentes da África do Sul;
5. reduzir o impacto das eventuais diminuições de importações de minerais raros da África do Sul.

Estes objectivos inserem-se no quadro de uma política global dos Estados Unidos que visa proteger os seus interesses estratégicos – que inclui a defesa da rota do Cabo e o acesso a minerais raros; minimizar a influência soviética na região; promover governos democráticos e multirraciais na África do Sul; manter boas relações com outros Estados africanos e proteger os interesses comerciais e os investimentos norte-americanos em território sul-africano.

À laia de conclusão deste volumoso livro-relatório (de consulta indispensável para

todos os interessados na situação interna da África do Sul e na problemática geral da África Austral), os seus autores fazem ainda três recomendações genéricas ao Governo dos Estados Unidos.

Em primeiro lugar, o efeito das políticas que propõem seria muito maior se todos os países que mantêm relações comerciais com a África do Sul adoptassem uma posição análoga à dos Estados Unidos. Em segundo lugar, a administração de Washington devia publicar urgentemente um livro branco definindo os interesses norte-americanos na África Austral, delineando sem ambiguidades toda a sua política em relação à África do Sul. Finalmente devia constituir-se uma comissão interdepartamental de alto nível, encarregada de supervisionar e conduzir toda a política estabelecida para a África do Sul.

Há ainda tempo para que se processe a necessária e radical mas pacífica transformação da situação socio-política da África do Sul. Porém, tal como o sugere o título deste livro, esse tempo vai-se tornando cada vez mais escasso.

João Soares

Centuriões ou pretorianos?

Pedro Pezarat Correia Ed. «O Jornal», Lisboa, 1988

Um livro com este título surgiu nas livrarias, constituindo, por assim dizer, a contribuição do seu autor, brigadeiro Pedro Pezarat Correia, para o debate que se vem travando sobre qual o grau de profissionalização mais adequado ao modelo de forças armadas para que aponta a Constituição da República Portuguesa.

Ora, a tal polémica tem faltado o contributo do rigor estatístico e do estudo comparado. É o que Pezarat Correia se propôs agora fazer, sendo esta sua obra o resultado de um aturado trabalho de pesquisa e cotejo de dados.

A falta de percepção por parte da opinião pública portuguesa da existência de potenciais ameaças à soberania e à integridade territorial nacionais, e, ao mesmo tempo, a ocorrência de casos como o da morte dos recrutas comandos, a par da controvérsia sobre os sucessivos acidentes com aviões de combate, a que se soma a indução de correntes ideológicas relevando do pacifismo unilateralista que se vem verificando junto de largos estratos da população jovem, têm conduzido a que o serviço militar obrigatório venha sendo crescentemente questionado.

Por outro lado, a tendência para um certo mimetismo cultural relativamente às sociedades anglo-saxónicas tem, igualmente, suscitado no seio de sectores de

comportamento social mais tecnocrático a defesa de esquemas de serviço militar assentes exclusivamente no voluntariado e na profissionalização.

Entretanto, mercê da aplicação da nova lei do serviço militar que prescreve uma diminuição significativa do tempo de duração do serviço militar obrigatório e perante o relativo baixo nível de preparação básica dos mancebos, mais consistente se revela a alegação de que o período de instrução previsto na lei será manifestamente incompatível com o grau de exigência técnica imposto pelos novos sistemas de armas.

Daí decorre, como contrapartida lógica, uma insistência dos responsáveis no sentido de serem reforçadas as dotações orçamentais tendo em vista o reforço de quadros em permanência.

A solução, do meu ponto de vista, terá de ser fundada na compatibilização entre o serviço militar obrigatório e o recurso ao voluntariado e à contratação de médio prazo. Daí, certamente, iria decorrer a institucionalização de um sistema intermédio, ou misto, situado entre umas forças armadas com uma relação insignificante entre o efectivo proveniente do serviço militar obrigatório e a dimensão do quadro permanente profissionalizado, e um esquema que se baseasse essencialmente no voluntariado e em quadros integralmente profissionalizados.

Ora, aqui reside a principal preocupação do brigadeiro Pezarat Correia, pois receia que o sistema esteja a pender para o reforço da via profissionalizante, em detrimento do modelo configurado constitucionalmente.

Segundo o autor, tal tendência conteria aspectos profundamente nefastos, nomeadamente pelos reflexos eventualmente negativos que teria sobre a estabilidade e o regular funcionamento das instituições e do próprio regime democrático.

As suas reservas vão, assim, ao ponto de, citando Janowitz, rotular de profissionalizadas as forças armadas em que metade dos efectivos sejam profissionais ou contratados.

Para quantificar o actual estado de coisas, o autor recorreu a um exaustivo caudal de dados e referências estatísticas, de força a melhor poder ilustrar o diagnóstico que faz da situação presente das forças armadas portuguesas.

Nesse sentido, é significativo o particular enfoque que dá da relação existente entre quadros profissionais e efectivos provenientes do serviço militar obrigatório em cada ramo.

Na abordagem desta problemática, Pezarat Correia centra as suas reflexões em

quatro áreas específicas: a tradição militar portuguesa, a relação entre o sistema de conscrição e a sociedade democrática, a emergência de fenómenos de militarismo e a correspondência entre o modelo de forças armadas e a sua adequação ao tipo de missões que lhe estão cometidas.

Assim, o brigadeiro Pezarat Correia parte da análise dos preceitos constitucionais, bem como da própria legislação do sector e dos conceitos estratégicos de defesa nacional e militar para sublinhar que a organização das forças armadas se deverá basear essencialmente no regime de conscrição. Por essa razão, a dado passo do seu livro, o autor chega a referir que as «forças armadas portuguesas só respeitarão a imposição constitucional se mantiverem uma composição mista e suficientemente equilibrada para que as proporções entre militares conscritos e militares profissionais observem os padrões aceitáveis num modelo que se pretende de Serviço Militar Obrigatório».

O livro contém abundante informação relativa à evolução dos efectivos globais, ao enquadramento do pessoal e dos meios, bem como à análise prospectiva e ao equipamento.

O autor, no intuito de estabelecer correlações mais criteriosas, optou por comparar a estrutura da organização militar portuguesa em duas décadas distintas mas não sequentes. Efectivamente, Pezarat Correia enveredou por não entrar em linha de conta com o período da guerra em África, já que o empolamento de efectivos que então se verificou distorceria inevitavelmente qualquer veleidade de encontrar uma relação ajustada com os níveis que hoje se verificam.

Daí que tenha colocado em presença dados relativos ao período de 1951-1960, com os referentes à década de 1976-1985.

Desta forma, levaria melhor em conta situações em que Portugal assumia plena e prioritariamente as suas responsabilidades para com a Aliança Atlântica.

Quanto às análises sectoriais, no que se refere ao Exército, o autor sublinha a sua condição semi-profissional, como o atestam em 1985 os 18% de representatividade do QP face aos seus efectivos globais, contra os 12% de 1960.

Salientando as implicações do consabido problema da pirâmide hierárquica invertida, o autor anota algumas melhorias verificadas quanto ao grau de profissionalismo dos actuais quadros do exército, apenas frustrado pela correspondente falta de nível tecnológico do equipamento que utilizam. Ao mesmo tempo, denuncia a existência de uma dinâmica profissionalizante que, segundo ele, «se não traduz em maior eficácia do Exército».

Quanto à Marinha, a relação percentual existente entre o quadro permanente e o efectivo global do ramo diminuiria desde os 99,5 % de 1960; até aos 59% de 1985. O que, sublinha o autor, não é o bastante para lhe retirar a sua natureza profissional.

Todavia, se atendermos às exigências determinadas pelo tipo e complexidade dos meios correntemente operados pela Marinha, ter-se-á de considerar muito positiva a evolução registada.

Na Força Aérea, a profissionalização acompanhou a crescente utilização de equipamentos tecnologicamente mais evoluídos. O que se nos afigura perfeitamente natural.

Enfim, o que mais preocupa o autor é a correlação que considera existir entre a via de profissionalização e o militarismo, fenómeno passível de suscitar as mais imprevisíveis ameaças para o regime democrático.

Trata-se, pois, dum livro ao mesmo tempo inédito e polémico, na medida em que, constituindo o primeiro trabalho deste tipo entre nós, reflecte a visão e o comportamento militante do seu autor, bem como uma certa amargura residual que subsiste depois dos acontecimentos que o levaram a, prematuramente, passar à reserva.

Não deixa, todavia, de ser um documento de grande valia, pelo que representa de análise, de pesquisa e de sistematização de todas as envolventes de uma problemática sobre a qual pouco se tem falado ou escrito.

As suas conclusões e chamadas de atenção constituirão certamente um estímulo e um contributo importante no sentido do aprofundamento do debate em torno do modelo de forças armadas que se pretende para o nosso país. Isto, num momento em que foi aprovada uma nova Lei do Serviço Militar, se verificou a institucionalização orgânica do Ministério da Defesa Nacional, se avizinha a revisão da Lei de Programação Militar que comportou vertentes importantes do reequipamento militar em curso – e se procede a reajustamentos e reestruturações em ordem à efectiva modernização das forças armadas portuguesas.

Por tudo isto e por muito mais, este terá sido o momento mais adequado e oportuno para que uma obra deste tipo pudesse aparecer, correspondendo ao interesse de múltiplos interessados nestes problemas concernentes à defesa nacional.

José Lello

A NATO nos anos 90

Relatório apresentado à Assembleia do Atlântico Norte, Funchal, Maio de 1988

O relacionamento entre os países europeus aliados e os Estados Unidos tem vindo a reflectir, não só a profunda evolução entretanto verificada na correlação hoje existente entre os respectivos potenciais económicos, mas também a substancial alteração do papel que os norte-americanos se reservavam de guardiães da segurança do Ocidente.

Constituindo um espaço de grande vitalidade e dinamismo, a Europa Ocidental é hoje vista nos Estados Unidos como representando um sério desafio para uma economia a braços com sérias dificuldades em termos de competitividade e, designadamente, no que respeita à actual dimensão do respectivo défice.

De tudo isto resulta clara a necessidade de encetar uma reflexão sobre qual a medida em que estes problemas podem vir a ter implicação sobre o futuro da própria Aliança, de molde a conferir-lhe um novo mandato político para a próxima década.

Foi este o objecto de um debate que se iniciou no Funchal, durante a sessão da Primavera da Assembleia do Atlântico Norte – organização interparlamentar que congrega delegações nacionais de todos os países membros da NATO e constitui assim o único órgão no qual se reúnem com regularidade os parlamentares desses países, num diálogo de incidência transatlântica em torno das questões de interesse para a Aliança.

Da agenda da reunião plenária constava, como ponto central, o debate de um relatório subordinado ao tem «A NATO nos anos 90». Esse documento resultou do trabalho desenvolvido por uma comissão eventual especificamente criada no seio da AAN. Assim, sob a presidência do senador republicano do Delaware, William Roth, e contando com a participação de parlamentares dos diversos países aliados e de diferentes correntes políticas, esta comissão debruçou-se sobre o tipo de desafios que até ao fim do século se poderão vir a pôr à NATO no seu todo. O debate preliminar confirmaria desde logo a acuidade da iniciativa e, mau grado a polémica suscitada relativamente a algumas das proposições enunciadas no relatório, pode-se concluir da importância das teses nele expressas.

O balanço poderá pois considerar-se como tendo sido francamente positivo, o que vem suscitar desde já as maiores expectativas para a sequência de tal discussão, que terá lugar durante a próxima sessão de Outono da AAN, em Hamburgo.

O relatório surgiu num momento em que a polémica sobre a questão do *burden-sharing*, ou seja, da partilha mais equitativa dos custos financeiros da defesa, está na ordem do dia, designadamente nos Estados Unidos, onde constituiu mesmo um tema

intensamente glosado durante a fase preliminar das presidenciais. Daí, porventura, a tónica global do relatório que vai no sentido de potenciar a participação da Europa na sua própria defesa, em ordem a compaginar as responsabilidades europeias nesta área com a efectiva progressão do potencial económico europeu em relação aos Estados Unidos que se vem verificando desde a celebração do Tratado do Atlântico em 1949.

Tal postura determinaria caracterizações tão contraditórias como as de o mesmo se colocar numa posição destacadamente pró-americana ou, pelo contrário, numa outra, exageradamente pró-europeia. Ambas consideradas, aliás, como podendo inspirar um certo tipo de *decoupling* entre a Europa e os Estados Unidos.

Esta última consideração decorreria essencialmente de uma proposta nele inserida e que, surgindo com tanto de inovadora quanto de polémica, tem em vista a constituição de uma divisão integralmente europeia. Esta tenderia a contribuir para potenciar a capacidade dissuasora conjunta das forças nacionais europeias, ao mesmo tempo que possibilitaria a intensificação do planeamento integrado de acções de comando. Tal política, segundo o relatório, estimularia por outro lado formas de cooperação na área da logística e implicaria uma maior uniformização e interoperatividade de equipamentos, enquanto iria promovendo uma melhor flexibilidade na reacção da própria NATO perante situações de crise.

No fundo, a proposta da criação de uma divisão inteiramente europeia tem origem em idêntica base conceptual que permitiu o desenvolvimento da brigada franco-alemã, agora em fase de organização.

Paralelamente, integrada nas propostas que constituem aspectos do que é considerado o reforço do pilar europeu da Aliança, foi igualmente avançada a proposta da criação de um mercado europeu de defesa.

Ora, se tal perspectiva, do ponto de vista meramente economicista, tem inegável consistência, tanto mais que se conjuga com as doutrinas comunitárias que estiveram na base do Acto Único, é, todavia, contraditória, face à política de cooperação transatlântica no âmbito da defesa que tem sido um dos objectivos globais da Aliança e, até, do próprio Grupo Europeu Independente de Programas, uma estrutura estritamente vocacionada para a cooperação intereuropeia no campo da defesa. Entretanto, a criação de um fundo comum para a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e de sistemas de armas mais evoluídas é também defendida, o que, em certa medida, repõe a filosofia subjacente a um tipo de cooperação que, nesta área, tenha como vectores principais o aprofundamento de uma colaboração

européia mais íntima, como ponto de partida para a efectivação de uma verdadeira «two way street» entre os dois pilares da Aliança.

Quanto à presença de efectivos militares americanos na Europa, o relatório defende a sua manutenção a níveis significativos, tanto mais que os ganhos relativos conseguidos com uma sua eventual retirada seriam largamente ultrapassados pelos custos políticos e pelos sérios riscos que daí adviriam para a defesa da Aliança. Por isso, o relatório sustenta que a presença na Europa das forças convencionais e nucleares americanas constitui o vínculo necessário e indispensável de ligação ao arsenal estratégico americano, representando ainda uma clara demonstração do empenhamento dos Estados Unidos na defesa da Europa Ocidental.

Contudo, defendendo a manutenção das responsabilidades militares norte-americanas na Europa, ao mesmo tempo que se pressupõe um mais profundo esforço europeu na sua própria defesa, o relatório considera que os aliados em cujo território estão instaladas bases militares americanas de interesse para a NATO deveriam aliviar a carga financeira que hoje recai sobre Washington e partilhar dos custos globais do seu funcionamento.

Quanto a medidas de fundo, o relatório avançou com uma proposta de reunião de alto nível entre os representantes aliados – logo que a próxima administração americana tenha tomado posse – em ordem à assunção do que se considera venha a ser «um novo mandato político para a Aliança». Nessa perspectiva, sugere-se que a formulação Harmel seja completada, de modo a que, sem prejudicar as vias do diálogo leste-oeste actualmente em curso, se mantenha uma forte e credível capacidade defensiva, designada mente através do reforço do pilar europeu da Aliança, no qual instituições como a UEO e a CEE deverão desempenhar um papel relevante.

A problemática dos constrangimentos à segurança colectiva colocados por sucessivos conflitos localizados em zonas periféricas à área de jurisdição do tratado do Atlântico, merecem igualmente uma abordagem no relatório. Assim, preconiza-se a constituição de um grupo de trabalho no seio da organização com o objectivo de coordenar as acções mais adequadas a contornar esses desafios, como aconteceu recentemente no golfo Pérsico.

Segundo o relatório, a doutrina da resposta flexível da NATO deverá ser igualmente mantida, em contraponto a outro tipo de conceitos de rejeitar, como sejam os que visam uma postura eminentemente defensiva, não prevendo o recurso ao nuclear, ou então, aqueles que pressupõem a opção por uma dissuasão selectiva ou discriminada.

Quanto à política a desenvolver ao nível das forças nucleares, o relatório preconiza que a NATO deve evoluir no sentido da opção pelos sistemas orientados no sentido de criarem uma dissuasão de mais largo alcance, em detrimento dos chamados sistemas de campo de batalha.

Por outro lado, quanto às forças convencionais, o relatório sugere que sejam desenvolvidos esforços em ordem a melhorar a capacidade de sustentação das forças aliadas e, ao mesmo tempo, explorar os avanços tecnológicos ocidentais no sentido de as dotar de meios de maior eficácia operacional em combate.

A actual tendência para o diálogo e a concertação no domínio da limitação de armamentos deverá ser prosseguida, designadamente, tendo em conta a dependência da NATO em relação às armas de curto alcance sem pòr, todavia, em causa a credibilidade ao seu potencial nuclear – e, ainda, que a preocupação dominante nesta matéria deverá centrar-se sobre a necessidade de, através de reduções assimétricas, se conseguir um nível paritário que inviabilize qualquer ataque súbito e fulgurante no teatro central europeu.

O relatório considera, ainda, essencial que a NATO tente contribuir para a eliminação da divisão artificial existente na Europa e na Alemanha a qual é, segundo os autores, apenas suscitada pela competição política e militar que se verifica entre os dois blocos em presença.

Finalmente, o relatório coloca a questão da importância de uma maior homogeneização da própria Aliança, suscitando o apoio dos Estados mais ricos e desenvolvidos aos seus vizinhos do Sul, nomeadamente, à Turquia, à Grécia e a Portugal.

José Lello

Colóquios

Relations entre les pays européens de la Méditerranée Occidentale

Centre Méditerranéen du Commerce International (CMCI), Marselha, 25, 26 e 27 de Fevereiro

Relançar a «ideia do Mediterrâneo ocidental», vinte anos depois do fim do colonialismo no Norte de África e das primeiras experiências de cooperação mediterrânea, foi o motivo fulcral deste colóquio. Protagonistas interessados: os países da Europa do sul e os países do Magreb (Marrocos, Argélia e Tunísia), como decorre aliás do seu tema: «Realités et Perspectives des Relations entre les Pays

Européens de la Méditerranée Occidentale et les Pays du Magreb Associés à la CEE». Questões como a cooperação nos domínios comercial, agrícola e industrial, as relações económicas intra-magrebina e com a CEE, dominaram os trabalhos patrocinados pelo Conselho Económico e Social francês. Entre os convidados presentes refira-se o Comissário europeu Claude Cheysson e os portugueses Jaime Gama e Armando de Castro.

A Europa e o desafio americano

Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, 16, 17 e 18 de Junho

«A Europa e o Desafio Africano» foi o tema do seminário promovido pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais que decorreu nos dias 16, 17 e 18 de Junho, em Lisboa. O seminário foi organizado em torno de uma série de trabalhos preparados no âmbito do IEEI, contando ao mesmo tempo com a contribuição de vários especialistas convidados.

De acordo com a alocução de abertura, proferida pelo director do IEEI, Álvaro Vasconcelos, o seminário pretendeu promover uma reflexão sobre as políticas da Europa ocidental em relação à África austral, uma vez que, segundo as suas palavras, «a análise e o debate das questões africanas é um dos contributos mais originais que um instituto português pode dar ao estudo das relações internacionais».

O ponto de partida dos trabalhos foi a constatação de que a evolução interna nos países da África austral e as transformações que estão a verificar-se na política externa soviética e americana tornam urgente a definição de uma política europeia consensual em relação à África austral. Neste sentido, o IEEI considerou importante conhecer a posição dos portugueses, dos seus governantes, da oposição democrática e também dos seus investigadores e analistas.

O primeiro dia de trabalhos contou com a presença do vice-Primeiro-Ministro e ministro da Defesa, Eurico de Melo, seguindo-se um painel subordinado ao tema genérico «Um Balanço da Cooperação entre a Europa e a África». A sessão foi presidida pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, sendo oradores Charles Zorgbibe, reitor da Universidade de Aix-en-Provence, Jorge Braga de Macedo, docente da Universidade Nova de Lisboa, e Armando de Castro, docente do Instituto Superior de Economia e membro do Grupo de Estudos Africanos do IEEI.

Zorgbibe falou da segurança e da defesa africana, enquanto Armando de Castro

salientou a importância do papel da Comunidade Económica Europeia face aos Estados africanos, tendo em conta as alterações verificadas na política soviética e americana relativamente àquela zona do globo. Braga de Macedo percorreu a recente história de Portugal sob o vector da interdependência e da cooperação, apontando a experiência da integração europeia de Portugal como exemplo da interdependência Norte/Sul.

O segundo dia do seminário foi dominado por quatro grandes temas: «Os Modelos de Desenvolvimento em Angola e Moçambique», «Nacionalismo e Interdependência Internacional e Regional», «Gorbatchev e a Política da URSS no Terceiro Mundo» e «Aspectos Políticos da Cooperação Europeia com a África Austral».

Adelino Torres, docente do Instituto Superior de Economia, iniciou os trabalhos com uma comunicação sobre as estratégias de desenvolvimento em Angola e Moçambique no contexto da África austral. Este orador analisou o percurso daqueles países desde a sua independência até à actualidade, detendo-se nos vectores económicos e de relações com o exterior, e terminando com um exame da situação no final da década. A intervenção de Adelino Torres foi comentada por João Estêvão e Fernando Jorge Cardoso, ambos docentes do Instituto Superior de Economia.

O painel seguinte teve como oradores principais Diogo Pires Aurélio, docente da Universidade Nova de Lisboa, e João Salgueiro, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, cujos trabalhos foram comentados por Aurélio Rocha e Salvato Trigo, docentes respectivamente da Universidade Nova de Lisboa e da Escola Superior de Jornalismo do Porto. Nacionalismo e interdependência da África austral nas relações mundiais foram temas em discussão. Pires Aurélio deteve-se na análise das questões de unidade nacional e de nacionalismo, passando posteriormente ao exame das linhas traçadas e seguidas pelos regimes angolano e moçambicano na construção da unidade nacional.

No que diz respeito à política soviética no Terceiro Mundo, o seminário contou com a participação de três convidados estrangeiros: Michel Tatu, jornalista do Le Monde, Pascal Chaigneau, director da Escola Superior de Estudos Internacionais, e Alejandro Lorca, docente da Universidade Autónoma de Madrid. O jornalista francês debruçou-se sobre os aspectos políticos da actuação de Gorbatchev, enquanto Pascal Chaigneau analisou especificamente o papel do continente africano nas relações externas soviéticas e Alejandro Lorca focou as relações económicas da URSS com África.

O segundo dia de trabalhos chegou ao fim com a intervenção de Hervé de la Batie, do

Ministério francês dos Negócios Estrangeiros. Este orador falou sobre a política europeia na África austral, percorrendo as razões que o continente europeu tem para se preocupar com aquela zona do globo e os meios de acção da Europa em África, bem como com a sua actuação futura.

O seminário terminou no dia 18 com uma análise do contexto internacional e a questão africana. O último painel – que foi presidido por Vítor de Sá Machado contou com a participação do escritor Jean-François Revel e dos deputados ao Parlamento Europeu José Medeiros Ferreira e Fernando Condesso. A sessão de encerramento, durante a qual foram apresentadas as conclusões gerais dos trabalhos, foi presidida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, que falou sobre o papel de Portugal na cooperação europeia com África.

Mais do que uma síntese das conclusões importa realçar a diversidade dos pontos de vista apresentados:

- Foi possível confrontar as perspectivas dos especialistas de assuntos africanos e dos especialistas de relações internacionais, habitualmente com dificuldades de compreensão mútua. No futuro é mais difícil olhar a África como um tabuleiro onde não existem homens, e vice-versa, sem ter em conta o contexto internacional.
- As transformações que estão a ter lugar na África austral são consequência, mais do que de factores externos, de factores internos.
- Pode dizer-se que só agora se entrou na fase pós-independência. No período imediatamente posterior à independência, os dirigentes dos movimentos de libertação escolheram um modelo de desenvolvimento e de poder que era a aplicação dogmática do tipo de organização que tinha sentido no período anterior. Hoje, eles próprios reconhecem que esse modelo não resultou e procuram diversificar as suas relações externas e liberalizar o seu sistema económico.
- Uma outra conclusão importante é que a prioridade para as elites africanas é a construção da nação e o reforço do Estado. É um erro das visões globalistas confundir referências ideológicas com alinhamentos internacionais incondicionais e irreversíveis e não ter compreendido a força da afirmação nacionalista.
- Foi salientando que a África sub-saariana não é uma prioridade para as superpotências e que o peso dos actores regionais é hoje maior. A África foi

nos anos 70 um continente de oportunidade para a União Soviética, hoje há da parte da URSS uma contenção em relação a África. Mas antes do próprio reconhecimento por Gorbatchev do fracasso e do custo da intervenção soviética, os próprios africanos reconheceram que o aliado de Leste não era capaz de dar a ajuda de que necessitavam para a resolução dos graves problemas económicos e mesmo militares que enfrentam.

- Perante a contenção da URSS e o alheamento americano, a Europa tem a obrigação e a possibilidade de ter uma política eficaz na África austral. Algumas orientações dessa política seriam:
- O apoio à cooperação regional, caso da SADCC.
- Apoiar a criação de condições de autonomia dos vizinhos da África do Sul, que permitam uma negociação equilibrada na região.
- Apoiar projectos de desenvolvimento de preferência integrados e regionais, que tenham um máximo de participação da sociedade civil e que incluam uma forte componente de formação.
- Há a necessidade de desenvolver a cooperação militar com os países africanos com os quais se desenvolvem projectos de cooperação económica, tendo no entanto enorme preocupação de não se imiscuir nos respectivos assuntos internos. Portugal deve, sem complexos, juntar à cooperação económica uma dimensão de cooperação militar, que no caso de Moçambique, por exemplo, se torna urgente.

Dina Soares

Democracia e cooperação atlântica – o desafio soviético

Associação para a Cooperação e Desenvolvimento Social, Funchal, 29 e 30 de Abril

A análise da cooperação ocidental, particularmente na Europa do Sul, face à recente evolução reestruturante na União Soviética constituiu o eixo dos debates desta I Conferência do Atlântico. Participaram nos trabalhos alguns especialistas oriundos dos EUA, França, Espanha, Grécia, Marrocos, Itália, Turquia, Inglaterra, além de Portugal.

Ligados privilegiadamente, desde o pós-guerra, aos Estados Unidos, países europeus da região sul como Portugal, Espanha ou Grécia atravessam desde há alguns anos processos de democratização e de progressiva integração na Comunidade Europeia.

Esta evolução tem vindo a produzir alterações em termos de relacionamento estratégico, motivando um reequacionamento das posições europeias no quadro da cooperação atlântica, consequência também de um novo diálogo leste-oeste. Reflectir sobre esta situação foi afinal o que aconteceu nesta conferência que realçou ainda a importância das ilhas atlânticas e das regiões periféricas na segurança euro-atlântica, sem esquecer fenómenos modernos como terrorismo, o pacifismo e o neutralismo.

Encontro empresarial Brasil – Portugal

«Jornal do Brasil», Lisboa e Porto, 23 e 26 de Junho

O intercâmbio de experiências para um melhor equacionamento das relações Brasil-Portugal foi o objectivo principal do encontro que reuniu em Lisboa e Porto empresários, políticos, universitários e jornalistas. A iniciativa do Jornal do Brasil responde a uma afirmada necessidade de «voltar vistas para o exterior», observando neste caso o evoluir do processo democrático português e da integração na Comunidade Económica Europeia. Relações económicas Brasil/ Portugal e países africanos de língua portuguesa, bem como questões ligadas à estatização e privatização, animaram também os debates. Registe-se ainda que o Jornal do Brasil realizou já idênticos encontros em Espanha e Itália.